

CAP TC TORRES E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 34.878.487/0001-21 NIRE 35.300.541.570
Ata Lavrada da Assembleia Geral Extraordinária Realizada aos 31 dias do mês de julho do ano de 2026
1. Data, Hora e Local: Realizada aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (31/07/2026), às 10hrs00min, na sede social da CAP TC TORRES E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), localizada em São Paulo/SP, sita à Rua Joaquim Floriano, nº 294, 3º e 4º Andares, Itaim Bibi, CEP 04.534-001. 2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação em face da presença de acionistas detentores da totalidade das ações representativas do Capital Social da Companhia ("Acionistas"), nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), verificando-se as assinaturas apostas dos respectivos representantes legais no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia, arquivado em sua sede. 3. Mesa: Presidida por <i>Carolina de Farias Villela</i> e secretariada por <i>Daniel Lafer Matandos</i> . 4. Ordem do Dia: deliberar sobre (I) a realização de pagamento à Acionista CAP TC Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia Responsabilidade Limitada , no valor de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), tal como a forma com que será feito tal pagamento e, ainda, de onde advirão os recursos que tornem possíveis comprometer-se com tal valor de pagamento; (II) ajustes ao Estatuto Social da Companhia que porventura venham a se fazer necessários na hipótese em que, em sendo aprovado o pagamento, a forma com que será feito resvale no teor do referido documento da Companhia; e (III) a autorização à administração da Companhia para tomar as possíveis medidas que sejam necessárias para efetivar as deliberações tomadas em Assembleia perante terceiros. 5. Deliberações: Após exame das matérias descritas na ordem do dia, sendo autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, em conformidade com o artigo 130, §º 1/6 da Lei das S.A., os Acionistas da Companhia deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas, pelo quanto segue: 5.1. Aprova-se o pagamento , na forma como se transcreve abaixo: 5.1.1. Pagamento. Aprovaram seja realizado um pagamento destinado à Acionista CAP TC Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia Responsabilidade Limitada ("Acionista"), no valor de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) ("Pagamento"). 5.1.2. Forma. O Pagamento será realizado de forma parcelada, com recorrência mensal, durante o período de 6 (seis) meses, igualando um total de 6 (seis) parcelas, todas idênticas e devidas de maneira sucessiva, sempre no valor de R\$ R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) cada. 5.1.3. Período. O Pagamento se iniciará no mês de agosto de 2026, vigorando, subsequentemente pelos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro do mesmo ano, sendo a última parcela devida no mês de janeiro de 2027. Cada parcela terá o respectivo valor que a representa transferido pela Companhia à Acionista até o quinto dia útil do respectivo mês em que seja devida. 5.1.4. Modalidade. A Acionista elege como modalidade de realização do Pagamento aquela de resgate de ações, autorizando expressamente a tomada das medidas necessárias para fazê-lo. Como consequência direta da modalidade eleita e autorização concedida, são resgatadas 3.600.000 (três milhões e seiscentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de emissão da própria Companhia, que são ora também canceladas pela Companhia, para todos os efeitos, sendo retiradas de circulação (" Resgate "). 5.1.4.1. O Resgate conforme autorizado e realizado, tem fundamento legal no texto do Art. 44, § 1º e Art. 200, II da Lei das S.A., e fundamento financeiro e contábil na Conta de Reserva de Capital da Companhia, de forma que o Capital Social da Companhia não sofre redução nem qualquer outro tipo de alteração, permanecendo no valor de R\$ 2.310.879.018,00 (dois bilhões, trezentos e dez milhões, oitocentos e setenta e nove mil e dezoito reais). 5.1.4.2. O número de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de parte do capital social da Companhia, contudo, é diretamente afetado pelo resgate e, portanto, reduzido. Redução esta que, subtraindo 3.600.000 (três milhões e seiscentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de um total de 4.460.018.324 (quatro bilhões, quatrocentas e sessenta milhões, dezoito mil, trezentas e vinte e quatro), faz com que resulte o número de ações representativas do capital social, nesta data, em 4.456.418.324 (quatro bilhões, quatrocentas e cinquenta e seis milhões, quatrocentas e dezoito mil, trezentas e vinte e quatro) . 5.1.4.3. Faz-se consignar que o número de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, representativo de parcela do Capital Social da Companhia, contudo, não sofre quaisquer alterações, permanecendo em 5.200.000 (cinco milhões e duzentas mil) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. 5.2. Ajuste Estatutário. Em razão da realização do Resgate, conforme delineado no item 5.1., acima, faz-se necessário alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para que passe a refletir o número reduzido de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal representativas de seu capital social, com o que concordaram, sem ressalvas e de forma unânime, todos os Acionistas. Passa, portanto, referido artigo, a vigorar com a seguinte nova redação: " Art. 5º - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.310.879.018,00 (dois bilhões, trezentos e dez milhões, oitocentos e setenta e nove mil e dezoito reais), dividido em 4.456.418.324 (quatro bilhões, quatrocentas e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e dezoito mil, trezentas e vinte e quatro) ações ordinárias e 5.200.000 (cinco milhões e duzentas mil) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal ". 5.3. Por fim, os Acionistas deliberaram por autorizar a administração da Companhia, na forma como deve ser representada, a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui tomadas, desde o registro desta Ata de Assembleia Geral no competente registro do comércio, até eventuais alterações cadastrais em órgãos da administração fiscal que sejam necessárias. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos que, lida e achada conforme por todos, foi assinada pelos presentes: Mesa: <i>Carolina de Farias Viela</i> – Presidente – e <i>Daniel Lafer Matandos</i> – Secretário. Acionistas presentes: CAP TC – Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia Responsabilidade Limitada (ordinário), Fernando Diez Viotti , Daniel Lafer Matandos e Carolina de Farias Villela (preferenciais). <i>Certifica-se que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio, arquivada na sede da Companhia. São Paulo/SP, 31 de julho de 2026. JUCESP 06/08/2026. Certifica o registro sob n. 293.813/26-7. Marina Centurion Dardani. Secretária Geral</i>

TGD TELEGLOBAL DIGITAL S/A
CNPJ Nº 04.710.973/0001-75 - NIRE 35300198581
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 02 DE SETEMBRO DE 2026
TGD TELEGLOBAL DIGITAL S/A, através de sua Diretoria Executiva, representada pelo Presidente, Sr. João Vitor Lourenço Silva, CONVOCA todos os acionistas, para Assembleia Geral Extraordinária na sede da Companhia, Rua Haddock Lobo, 347, conj. 51, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01414-001, às 10:00 horas, do dia 02 de setembro de 2026, com a seguinte ordem do dia: (a) Renúncia da atual diretoria; (b) Reforma dos arts. 13 a 19 do Estatuto Social para adoção de Diretoria unipessoal; (c) Eleição de novo Diretor-Presidente; (d) outros assuntos de interesse da companhia. Acionistas ou representantes legais devem levar documentos comprobatórios de identidade.
São Paulo, 25 de agosto de 2026. JOÃO VITOR LOURENÇO SILVA DIRETOR-PRESIDENTE



BOA LION S.A.

CNPJ 33.837.227/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(continuação) **BOA LION S.A. - CNPJ 53.837.227/0001-52**

b) Risco de capital - Os objetivos da Companhia na administração de seu capital são assegurar a continuidade operacional do negócio, manter recursos financeiros suficientes para suportar suas operações e cumprir exigências regulatórias aplicáveis, bem como manter uma estrutura de capital adequada para sustentar o crescimento de suas atividades. O capital da Companhia corresponde ao patrimônio líquido divulgado nas demonstrações financeiras. A Administração monitora continuamente sua estrutura de capital considerando suas necessidades operacionais, compromissos financeiros, obrigações regulatórias e perspectivas de crescimento do negócio. Considerando a natureza das atividades da Companhia e o suporte financeiro disponibilizado por seus acionistas e pelo grupo econômico, a Administração entende que a estrutura de capital existente em 31 de dezembro de 2025 é adequada para suportar suas operações, investimentos planejados e compromissos financeiros e regulatórios. A Administração revisa periodicamente sua estrutura de capital e, quando necessário, poderá adotar medidas como aportes adicionais de capital, obtenção de recursos junto a partes relacionadas ou outras formas de financiamento. **c) Risco de liquidez** - O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações financeiras quando devidas. A Administração monitora continuamente as necessidades de liquidez da Companhia por meio do acompanhamento dos fluxos de caixa projetados, buscando assegurar disponibilidade de recursos suficientes para suportar suas operações e atender às obrigações financeiras em seus respectivos vencimentos. Considerando a natureza das atividades da Companhia e o suporte financeiro disponibilizado por seus acionistas e pelo grupo econômico, a Administração entende que a Companhia possui recursos financeiros adequados para cumprir suas obrigações à medida que se tornam

exigíveis. A tabela a seguir apresenta a análise de vencimento contratual dos passivos financeiros da Companhia, com base nos fluxos de caixa contratuais não descontados remanescentes na data-base das demonstrações financeiras:				
Em 31 de Dezembro de 2025				
Projeção incluindo juros futuros				
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores	9.061	-	-	9.061
Partes relacionadas	19.738	-	-	19.738
Total	28.799	-	-	28.799

d) Risco de taxas de juros - O risco de taxas de juros decorre da possibilidade de variações nas taxas de mercado afetarem os fluxos de caixa futuros e os rendimentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia. A Companhia está exposta ao risco de taxas de juros principalmente em relação aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, os quais são substancialmente representados por aplicações financeiras indexadas ao CDI e outros instrumentos de renda fixa de liquidez imediata. As aplicações financeiras da Companhia são representadas principalmente por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remunerados a taxas próximas a 100% do CDI, conforme descrito nas Notas 4 e 8. A Administração monitora continuamente a exposição às variações nas taxas de juros e entende que eventuais oscilações nas taxas atualmente praticadas no mercado não representam impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção contra risco de taxas de juros.

26. Informações Adicionais às Demonstrações dos Fluxos de caixa: A Administração da Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da

Sociedade estão apresentadas a seguir:

	2025	2024
Transferência entre despesa antecipada e fornecedor	-	1.638

27. Cobertura de Seguros: A Companhia em 2025 estava em negociações para efetuar a contratação da cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, por responsabilidade civil, bem como do estabelecimento comercial.

28. Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas: As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e da Administração, a Companhia possui obrigação presente decorrente de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e quando o valor puder ser estimado com confiabilidade, conforme o CPC 25. Os processos classificados como perda possível são divulgados como passivos contingentes, enquanto aqueles avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não teve nenhum processo classificado como perda provável ou possível.

29. Eventos Subsequentes: No decorrer do exercício, os acionistas da Companhia aprovaram aumentos de capital, mediante aportes em moeda corrente nacional, conforme demonstrado a seguir:

	Capital Social R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2025	348.450
Aumento de capital em 9 de janeiro de 2026	60.000
Aumento de capital em 16 de março de 2026	60.000
Aumento de capital em 14 de maio de 2026	40.000

DIRETORIA		CONTADOR: RENATO FOGANHOLI ASAM - CRC nº 1 SP 264889/O-0	
-----------	--	--	--

Em decorrência dos aumentos de capital realizados, o capital social da Companhia passou a ser representado por 500.000.000 ações ordinárias nominativas, totalizando o saldo de Capital Social no montante de R\$508.450. As 500.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ora emitidas foram subscritas pelos acionistas LV Amazonas Holding AB no total de 250.050.000 e Organizações Globo Participações S.A. no total de 249.950.000, mantendo o mesmo "share" de participações de 50,01% e 49,99%, respectivamente. BINGÃO DO BRASIL - Em 06 de maio de 2026, após a data-base das demonstrações financeiras, a Companhia celebrou proposta vinculante (ou Contrato de Compra e Venda de Ações/Quotas) para aquisição de BINGÃO DO BRASIL S.A. A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais para esse tipo de operação, incluindo a aprovação pelos órgãos reguladores competentes, em especial pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, o processo encontra-se em análise pelo CADE e as partes permanecem adotando as medidas necessárias para o atendimento das condições previstas no contrato. A Administração estima que o fechamento da operação (closing) ocorra em 1º de agosto de 2026, desde que todas as condições precedentes sejam satisfeitas ou validamente dispensadas pelas partes, conforme aplicável. Considerando que a transação ainda não foi concluída até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foram reconhecidos efeitos contábeis relacionados à aquisição nestas demonstrações.

30. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 28 de julho de 2026.

dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de julho de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8	Renato Foganholi Asam Contador(a) CRC nº 1 SP 264889/O-0
---	--





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/71FE-4AB9-9B76-BD64> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 71FE-4AB9-9B76-BD64



Hash do Documento

31EAC5872DF3D9A5C6580A282FD9FF8AA1F685CA3DD4C343196457D0FC616CFF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/08/2026 é(ão) :

☒ JORNAL O DIA SP - 091.260.448-46 em 25/08/2026 00:03 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Tue Aug 25 2026 00:03:17 GMT-0300 (Hora padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.646671499999997 Longitude: -46.556611249999996 Accuracy: 381

IP 177.80.70.36

Identificação: Autenticação de conta

Assinatura:

Jornal **ODIA** SP

Hash Evidências:

58EBCA478206F57A8C8D310309FAA18A55CFC07AD82C812D42655664DD4386D0

